



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 71ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 20 e outubro de 2014, com início às nove horas e quarenta e um minutos sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso Sem Limites, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Frare, Marcio Pacheco, Marcos Rios, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão Cardoso, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o senhor Presidente deu por aberta a sessão e solicitou ao senhor Secretário que efetuasse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Emenda 1 ao Projeto de Resolução nº 11/2014. Emenda 1 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 2 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 3 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 4 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 5 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 6 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Ofício de 16/10/2014 dos vereadores Jaime Vasatta, Cláudio Gaiteiro e Nei Hamilton Haveroth, solicitando retirada e arquivamento da Emenda nº 06 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 7 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 8 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 9 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 10 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 11 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 12 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 13 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 14 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 15 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 16 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 17 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 18 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 19 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 20 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 21 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 22 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 23 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 24 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 25 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 26 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 27 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Emenda 28 ao Projeto de Lei nº 116/2014. Projeto de Resolução nº 13/2014. Projeto de Lei nº 121/2014. Substitutivo 1 ao Projeto de Lei nº 114/2014. Projeto de Lei Complementar nº 6/2014. Projeto de Lei nº 122/2014. Projeto de Lei nº 123/2014. Projeto de Lei nº 124/2014. Parecer favorável nº 523 da Comissão de Agricultura e Defesa do Meio Ambiente ao Projeto de Lei nº 119/2014. Parecer favorável nº 524 da Comissão de Saúde e Assistência Social ao Projeto de Lei nº 118/2014. Parecer favorável nº 525 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 117/2014. Parecer favorável nº 526 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 116/2014. Parecer favorável nº 527 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 119/2014. Parecer favorável nº 528 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 118/2014. Parecer favorável nº 529 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Decreto Legislativo nº 8/2014. Parecer favorável nº 530 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei Complementar 5/2014. Parecer favorável nº 531 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 119/2014. Parecer favorável nº 532 da Comissão de Economia,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 117/2014. Parecer favorável nº 533 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 118/2014. Parecer favorável nº 534 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei Complementar nº 5/2014. Parecer favorável nº 535 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto ao Projeto de Lei nº 118/2014. Parecer favorável nº 536 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto ao Projeto de Lei nº 114/2014. Parecer favorável da nº 537 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto ao Projeto de Decreto Legislativo nº 8/2014. Parecer favorável nº 538 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto ao Projeto de Decreto Legislativo nº 9/2014. Parecer favorável nº 539 da Comissão de Agricultura e Defesa do Meio Ambiente ao Substitutivo 1 ao Projeto de Lei nº 105/2014. Parecer favorável nº 540 da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo ao Projeto de Lei nº 109/2014. Parecer contrário nº 541 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 115/2014. Parecer favorável nº 542 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto ao Projeto de Lei nº 107/2014. Parecer favorável nº 543 da Comissão de Trabalho e Legislação Social ao Projeto de Lei nº 107/2014. Parecer favorável nº 544 da Comissão de Trabalho e Legislação Social ao Projeto de Lei nº 118/2014. Ofício da SEARJUR/ATL nº 173, em resposta ao requerimento nº 242/2014. Ofício nº 176/2014 da SEAJUR/ATL, em resposta ao requerimento nº 246/2014. Ofício SEAJUR/ATL nº 175/2014, em resposta ao requerimento nº 247/2014. Ofício SEAJUR/ATL nº 170/2014, em resposta ao requerimento nº 236/2014. Ofício SEAJUR/ATL nº 171/2014, em resposta ao requerimento nº 240/2014. Ofício SEAJUR/ATL nº 172/2014, em resposta ao requerimento nº 241/2014. Mensagem de Lei do Poder Executivo Municipal do Projeto de Lei nº 124/2014. Inscritos para falar no grande expediente os vereadores: Rui Capelão e Jorge Menegatti – Secretário: Era o que tínhamos, senhor presidente. – Presidente: Finalizada assim a leitura da matéria de expediente eu deixo a palavra livre aos senhores vereadores para inclusão ou destaque para a ordem do dia. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA** – Não houve nenhuma solicitação neste sentido. **ORDEM DO DIA** – Presidente: Damos início à ordem do dia. Temos as atas da 69ª e 70ª sessões ordinárias realizadas nos dias 13 e 14/10/2014, em discussão. Em votação, as atas das sessões ordinárias realizadas nos dias 13 e 14/10/2014. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; estão aprovadas as atas das sessões ordinárias realizadas nos dias 13 e 14/10/2014. Projeto de Lei Complementar nº 5/2014 de autoria do Poder Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder descontos e a parcelar dívidas com a Fazenda Pública Municipal e dá outras providências; em discussão. Em votação; Projeto de Lei Complementar nº 5/2014 de autoria do Poder Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder descontos e a parcelar dívidas com a Fazenda Pública Municipal e dá outras providências. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovado em primeira votação o Projeto de Lei Complementar nº 5/2014. Projeto de Lei nº



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

139/2013 de autoria do vereador Jorge Bocasanta do PT, que dispõe sobre o encaminhamento de internações de pacientes em hospitais da rede pública e conveniados por médicos da Secretaria Municipal de Saúde, através da “vaga 0”; em discussão. (-Peço a palavra, senhor presidente). Com a palavra o vereador proponente do Projeto. – Vereador Jorge Bocasanta: Senhor presidente, nobres colegas, plateia, enfim todo mundo. Na realidade o seguinte: antigamente, antes de existirem os PAC's, o paciente ia direito pra um leito hospitalar, hoje em dia, o que está acontecendo? Eles estão ficando no PAC e acabam morrendo lá. A lei das UPAs fala o seguinte: *O paciente não poderá ficar internado nas UPA's mais de 24 horas, sem ser levado a um hospital.* Aqui em Cascavel, teve um termo do Ministério Público pra ficar até 72 horas. Essa distorção foi imposta pelo Ministério Público, junto com a 10ª Regional de Saúde e isso foi uma fraude contra o cidadão, aquele que mais necessita. Por que o que acontece? Na realidade às 72 horas, muitas vezes viram 72 dias ou o cemitério. O interesse desse projeto seria o seguinte: o médico que está de plantão tem a obrigação de fazer com que o doente tem de direito, que é o quê? O internamento no lugar próprio. Se ele lá no PAC internar, por exemplo, a minha mãe que precisava de internamento, ele tem que responder. Essa lei dando vaga 0, é uma proteção pra ele. Ele tem que mandar pra um hospital conveniado do SUS, porque é melhor ficar no corredor do HU, no corredor do hospital do que lá no PAC. Vou dar um exemplo o seguinte: no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, se você for lá dentro, e nós fomos não é, Ganso? A gente percebeu que leitos tinham; vaga no corredor também tinha, e lá que você paga o neurocirurgião, você paga o cirurgião geral, você paga o cirurgião pediatra; se você está lá dentro mesmo que seja numa maca, você dá pra operar e voltar pra maca; porque daí tem mais chance de sobreviver e nas UPAs não têm condição de operar ninguém; então o que está acontecendo? Com essa resolução de 72 horas, isso é o que? Na realidade tirou a defesa do médico. Isso é uma enganação. Foi criada uma enganação no meu ver junto a 10ª Regional, Ministério Público e Secretaria de saúde pra enganar o paciente e deixar ele morrer na míngua. Com essa lei fica extremamente proibido de se fazer alguma emenda. Nós já falamos, o médico tem obrigação de mandar vaga 0 para os hospitais; se ele não fizer isso ele tem que responder por esse seu ato; porque o que está acontecendo em Cascavel é o fim do mundo, minha gente. (- Me dá um aparte?) Concedo – Vereador Robertinho Magalhães: Senhor presidente, senhores vereadores, assistência, imprensa. Dr. Bocasanta, nós sabemos que dentro do que se fala em vaga 0, a nossa preocupação é muito grande quando diz respeito a nós termos um leito; então se nós pegarmos hoje um paciente que for atendido numa das UPA's do município de Cascavel e for encaminhado ou precisa ser encaminhado pra algum hospital, nós temos dificuldade de termos essa vaga, dificuldade de ter um leito, porque médico nós podemos até ter, mas um leito é um pouco mais difícil. Realmente, se esse projeto nós viermos aqui, aprovar; nós temos que ter aí um diálogo maior com os hospitais que hoje atendem o Sistema Único de Saúde, para que possa implementar esse projeto. – Vereador Jorge Bocasanta: Robertinho, o município de Cascavel é responsável pela atenção básica. O



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

problema é do Estado, ou do governo federal e nós como vereadores temos que mandar vaga 0. Estamos cansados de ir nos hospitais conveniados pelo SUS, está o leito lá disponível e não tem paciente internado; então se o hospital não quiser ofertar que ele saia do SUS. Eu sempre falo mal de promotores. O promotor de Guaíra fez isso; tinha um hospital que não tinha condição e ele falou: paciente do SUS não deve mais ser internado, se não me engano hospital Santa Rita de Guaíra, se não me engano. Então chega de nós mentirmos, enganarmos a população. Isso que você está falando, você está tentando criar o que todos já sabemos; nós queremos é a vaga, porque a partir do momento que está internado lá; se o governo não tem condição de pagar, ele tem que dizer assim: não tenho condição de pagar o SUS e muitos da população que vá lá e pague alguma coisa. O que é tão engraçado assim, que eu vejo uma realidade, que teve uma vez de Salto de Lontra tinha um câncer e a família ia se hospedar num hotel e daí, foi entrado em contato com o Santa Catarina e o Santa Catarina cobrava R\$ 100,00, o hotel; vamos dizer assim. O Ministério Público, através do Angelo Mazutti abriu um processo contra; porque era cobrança dupla. Então se não tem condição do governo mudar, então vamos mudar a lei. O que não pode é acontecer o que está acontecendo. Eu tenho certeza que muita gente que poderia pagar alguma coisa, pra não ver o seu familiar morrendo lá, como está morrendo; do jeito que está não pode acontecer. (-Um aparte) Já te dou. Então o que está acontecendo? O seguinte: vem o paciente com pedra na vesícula. Ele vai no PAC, eles fazem o diagnóstico sem operar. Opera no outro dia e já pode ir embora; o que acontece? Ele vai embora e volta com pedra no pâncreas. Eu até peguei um paciente essa semana no Cascavel Velho, que faz pancreatite de repetição; foi 50 vezes no H.U. Vou dar um exemplo que, aconteceu semana passada: foi colocado um Diu no posto, perfurou o útero, ficou na cavidade e eles não fazem nada; a mulher ia morrer. Eu operei essa mulher na quarta e na quinta, ela foi embora; então o que precisa? Tem que mandar pra o hospital, onde nós podemos ir lá e fiscalizar e ver quem está de plantão à distância, que venha trabalhar ou saia fora do sistema; porque não podemos mais deixar um paciente 10 dias internado. Nós não estamos mentindo; quem quiser ficar no sistema que fique e, quem não quiser sai fora. Pois não. – Vereador Rui Capelão: Obrigado vereador pelo aparte. Vereador, eu tenho notado que na realidade o clamor público tem que ser respeitado. Mas eu lembro uma época que eu fui chamado no hospital, pra verificar uma pessoa doente e era no Regional e estava numa maca. Liguei pra o Dr. Jadir, que era vice-prefeito na época, se ele poderia me acompanhar pra verificar e lá o Dr. Jadir visitou o paciente; olhou a ficha dele lá, os medicamentos todos que ele estava tomando, voltou pra nós e falou: não é o fato de ele estar numa cama ou numa maca que ele vai se recuperar, é o medicamento, o tratamento que ele está recebendo, a atenção que o hospital está dando pra o caso dele, ele vai se recuperar. Na verdade, esse paciente nem chegou a ir pra quarto e felizmente está hoje um jovem forte, trabalhador. Portanto, muitas vezes acho que a situação precisa ser avaliada, porque é claro que não é por uma pessoa chegar gritando num hospital que precisa de imediato ser internada no hospital; precisa ter uma avaliação, que às



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

vezes uma pequena dose de medicamento e a situação possa até melhorar. Então acredito que, o que nós precisamos são boas equipes dentro da UPA, pra resolver a situação. Obrigado! – Vereador Jorge Bocasanta: Só pra concluir, Rui Capelão, o médico vai ver se só com buscopan vai tirar a dor do cara e mandar embora; mas se ele achar que tem que internar, ele tem que ter autonomia pra internar e não pra pôr numa central de leitos que não funciona. Então era isso; estou pedindo voto favorável. (-Peço a palavra, senhor presidente) – Presidente: Com a palavra vereador João Paulo. – Vereador João Paulo: Senhor presidente, senhores vereadores, comunidade que nos acompanha, imprensa. Quero dizer que esse projeto é importante, vereador Jorge Bocasanta, dizer que a vaga 0, pelo menos no papel já existe e não está sendo cumprido. Mas enfim, tanto pelo CRM, normativa do CRM também, como o comitê de urgência e emergência aqui de Cascavel, foi determinado que a partir do momento que o médico, a UPA, constate vaga 0 que no mesmo momento, que se leve a uma unidade hospitalar. Nós sabemos que existe essa dificuldade que foi inclusive, combinado com o H.U. de que a partir do 7º paciente, fosse transferido a outro hospital de menos urgência, para que realmente resolvesse esse problema. Sabemos que não estão sendo transferidas essas pessoas que estão lá no HU, conforme o entendimento. E dizer que essa vaga 0, não funciona em Cascavel e não sei se na verdade mais uma lei... vou votar favorável; mas questiono se mais uma lei estipulando vaga 0, vai resolver o problema. Eu falo neste sentido, porque na semana passada, inclusive veio aos meios de comunicação a revolta de uma família que o médico da unidade de pronto atendimento da UPA Brasília acabou dando vaga 0; porque viu o quadro e o estado que estava uma senhora de 94 anos. A partir do momento que foi clicada vaga 0; aí já não responde a 10ª Regional, responde então o SAMU que é o que faz o levantamento de onde se encontra o leito. E o que aconteceu? Fica um jogo de empurra-empurra, o SAMU joga pra 10ª Regional; a 10ª Regional joga pra o SAMU; essa senhora ficou mais de 24 horas na UPA do bairro Brasília e quando foi feito, por força, inclusive através da promotoria aí sim, conseguiram achar um leito; só que daí essa senhora acabou falecendo. Então, não sei se mais uma lei forçando isso vai resolver o problema. Pois não vereador. – Vereador Jorge Bocasanta: Eu digo o seguinte, João Paulo: não sei se uma lei vai resolver; só não podemos manter 72 horas o paciente lá, dentro da lei. Isso aí é uma fraude da lei. Não sei de onde tiraram esse termo. Outra coisa, o seguinte: o médico tem a obrigação de encaminhar; nós podemos até fazer uma emenda aqui; se ele não encaminhar ele vai responder processo administrativo e tem que mandar embora da Prefeitura, porque ele é o defensor do doente, só que tem que ter autonomia pra fazer o seu direito ser cumprido. Era isso. Obrigado. – Vereador João Paulo: Realmente, na verdade os médicos das unidades de pronto atendimento, infelizmente, muitas vezes ficam amarrados; porque não conseguem depois que veem o estado do paciente, não conseguem depois transferi-los pra uma unidade hospitalar, uma casa hospitalar com mais potência, ou seja, pra que realmente resolva o problema daquele doente, devido não terem poderes pra isso. Acho que é louvável o seu projeto e espero que a partir desse momento, a gente



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

consiga avançar. (-Peço a palavra, presidente). – Presidente: Com a palavra, vereador Nei Haveroth. – Vereador Nei Haveroth: Senhor presidente, nobres vereadores, assistência, imprensa. Acho que esse projeto que, o Dr. Jorge Bocasanta está colocando, serve pra nós rediscutirmos a gestão e a forma que é conduzida a saúde; não só o município, mas principalmente nos órgãos estaduais e federais que tem a obrigação de disponibilizar um leito. Eu lembro que algum tempo atrás, quase todos os hospitais, se não todos, até gostaria de passar um aparte pra o senhor vereador, que é da área e pode nos responder melhor. Todos os hospitais, quando você cria um hospital, atendimento à saúde, uma pessoa jurídica ela tem uma obrigação de uma função social dessa empresa. Quem averiguou mais a fundo a lei da administração, sabe que a função social de uma empresa, seja na área da educação e na área hospitalar, principalmente; quando entra dentro de um direito básico do cidadão que está garantida na Constituição, ele tem uma função social. E nós hoje, temos diversos hospitais em Cascavel e na região que não são credenciados aos SUS, por quê? Acho que cabe ao Estado, se ele não tem recurso suficiente que ele busque esse recurso junto à União; porque ela também, não está investindo aquilo que ela deve investir na saúde, nem o Estado nem a União e busque esses recursos e garanta e solicite que essa pessoa jurídica e os hospitais particulares tenham pelo menos de 10 a 20% de disponibilização de leitos pra o SUS. É obrigação, é função social de acontecer isso, e o Estado tem que garantir; se ele não tem espaço público pra disponibilizar pra as pessoas que necessitam, ele que contrate e faça um convênio que garanta a necessidade econômica da pessoa jurídica que vai atender e faça. Acho que isso nós precisamos cobrar. Eu até quero passar uma parte pra você dizer, se isso ocorria ou não ocorria no passado. – Vereador Jorge Bocasanta: Nei Haveroth, na verdade o seguinte: o SUS se ele contrata alguém pra pintar um metro de parede, esse cidadão tem que ganhar pra se manter, sobreviver e sobrar alguma coisa. O SUS está quebrado, nós temos que fazer essa tabela aumentar, é em real a tabela. Por outro lado, nós temos aqui em Cascavel a Faculdade Assis Gurgacz, que são fundações que tem o dinheiro a mais do que outros hospitais, em relação ao Ceonc e o Hospital Salete e o Santa Catarina, que fechou. O principal fator não é que não tenha vaga, não tem é o financiamento. Olha o Santa Catarina, ele atendia 80% do SUS, o que ele fez? Fechou. Os donos estão todos quebrados; o valor é muito grande. E ao invés de se brigar pra aumentar o valor da tabela, estão mandando os caras pras UPA's, mandando pra Nova Aurora, não sei pra onde, e o povo está morrendo. Era isso. – Vereador Nei Haveroth: Aí que é o x da questão. Nós precisamos que o governo rediscuta isso, ele assuma a sua responsabilidade, porque no passado em Cascavel o SIATE levava as vítimas. Nenhuma vítima ia pra o PAC ou UPA, só código 3 que vai pra o H.U.; ninguém mais recebe isso. O sistema tem falhas. O governo federal tem que assumir a parte dele, sim. Quem cria essa tabela do repasse que financia as cirurgias que o hospital particular trabalha? São as pessoas técnicas, compostas por pessoas que a princípio são formadas e tem o conhecimento básico pra dizer quanto custa. Se não está certo; eles estão errados, eles têm que garantir à empresa e não tiro



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

o direito da empresa, que ela tem que ter o seu ganho em cima daquilo que ela vai atender, mas o governo tem que garantir, senão tem que tirar da Constituição Federal que todos têm direito à saúde; porque não está sendo cumprida a Constituição. E se não está sendo cumprida a Constituição, nós temos que punir o governo, seja em que esfera que seja, porque na Constituição está escrito que todos têm direito à saúde. Não é obrigação de todos como a questão da segurança, que entra, é obrigação de todos fazerem; mas a saúde é direito de todos, por isso o governo tem que rediscutir. O seu projeto, vou votar a favor, acho que ele serve pra nós questionarmos e rediscutir isso. E acho que aqueles que têm o dever de sentar e trocar uma ideia sobre esse problema que faça e nós estamos aqui, pra ajudar. Obrigado senhor presidente. (-Peço a palavra senhor presidente) – Vereador Gugu Bueno: Senhor presidente, senhores vereadores, distinta assistência, imprensa do município de Cascavel. Na prática, isso já ocorre no município de Cascavel. Quando há necessidade, os médicos da UPA clicam o paciente na central de leitos e todos nós sabemos que o problema começa a partir desse momento, que é a incompetência da central de leitos de providenciar um leito hospitalar. Mas, como falou o vereador João Paulo, estava aqui conversando com o vereador Rômulo Quintino, a nossa situação é tão crítica na saúde pública em Cascavel, no que diz respeito à disponibilização de leitos hospitalares; que acho que todo mecanismo que possa auxiliar ou ajudar essa cobrança, seja válido. Essa lei talvez seja mais um mecanismo; muito embora essa questão da declaração de vaga 0, da obrigação do médico clicar, já exista na prática. Mas, é importante dizer que na prática, se a 10ª Regional continuar com a sua incompetência nada vai ser resolvido. E é por isso, assim como já falei semana passada, que eu, o vereador Jaime Vasatta, o vereador João Paulo e aqui fica, o convite pra qualquer outro vereador que queira assinar em conjunto; nós estaremos propondo uma ação civil pública. Cobrando na justiça, com a força da justiça que a central de leitos cumpra com a sua obrigação e disponibilize um leito hospitalar e se não existe leito credenciado, como bem afirmou o vereador Nei Haveroth e há uma diminuição, isso é verdade; isso não é problema nosso. A obrigação de disponibilizar um leito é da 10ª Regional e havendo a declaração de vaga 0, nós vamos entrar com essa ação civil pública exigindo e cobrando na justiça que a 10ª Regional contrate leitos particulares; até porque vereador Jorge Bocasanta, Vossa Excelência que conhece o dia a dia da saúde de Cascavel sabe muito bem e nós temos conhecimento disso, que em alguns casos isso ocorre; dependendo da força do paciente, quando há necessidade é sim, contratado um leito particular; mas isso não pode ser pra alguns poucos escolhidos e tem que ser pra toda população de Cascavel. E é isso que, nós vamos cobrar nesta ação civil pública; exigindo a responsabilidade do chefe da 10ª Regional, que em havendo a declaração de vaga 0, que a 10ª Regional contrate um leito particular; porque o que não pode é uma pessoa morrer em Cascavel, sem ter a chance de entrar pra dentro de um hospital. Então o meu voto vai ser favorável a esse projeto, apenas na verdade, pra tentar estabelecer mais um mecanismo, mais uma possibilidade de que a gente coloque isso no papel, coloque no ordenamento jurídico do nosso município, essa exigência da declaração de vaga 0.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Mas na verdade espero eu, que a 10ª Regional consiga cumprir com o seu papel, consiga disponibilizar esses leitos; enquanto não for possível esse credenciamento de mais leitos SUS em Cascavel, contrate leito particular; porque isso é possível. Isso é feito em outros municípios, isso é feito no restante do Paraná e só em Cascavel que parece que há uma má vontade, um desinteresse em cuidar da nossa população. (- Peço a palavra, senhor presidente). – Presidente: Com a palavra vereador Rômulo Quintino. – Vereador Rômulo Quintino: Cumprimentar senhor presidente, senhores vereadores, distinta assistência, imprensa, que nos acompanha nesta manhã mais uma vez. Vereador Jorge Bocasanta, se há algo que não pode faltar no médico é esse sentimento que a gente percebe diariamente no senhor, que é a questão da humanização e da preocupação realmente com as pessoas. Eu acredito que com o passar do tempo, como em qualquer outra profissão, passa 5, 10, 15, 20 anos acho que é normal acostumar com algumas situações no nosso trato diário e o senhor não se acostuma com essa situação das pessoas; passando por problemas de saúde, tendo suas necessidades não sendo atendidas de maneira urgente; então, vereador Bocasanta, quero lhe parabenizar por esse projeto. E eu vejo neste projeto senão outra coisa, a sua preocupação que algo mais seja feito e alguma coisa tem que ser feita. Aí nós poderíamos entrar em várias esferas de pensamento, em várias esferas de ramificações de pensamento, falando sobre obrigatoriedade federal, estadual, municipal, que são legítimas, que são verdadeiras e que precisam ser atendidas e que precisam ser vistas e averiguadas. Agora, nada mais importante do que atender realmente as pessoas que tem necessidade, as pessoas que estão morrendo. Muitas vezes pra medicina, para o médico, pra instituição hospitalar é mais um que chegou, passa 200 por dia, 300, 400, milhares por mês e, muitas vezes, corre-se o perigo de ser apenas mais um; vereador João Paulo. Quando falo, vereador Jorge Bocasanta, também quero cumprimentar os vereadores da CPI da saúde; que cuidaram muito bem dessa situação; muitas vezes é só mais um que passou pela instituição, pela medicina; mas pra família é um único pai, uma única mãe e então vamos aguardar o encaminhamento desse projeto. Eu entendo também, vereador Bocasanta, que ficar na UPA não é boa ideia; ficar na UPA, a UPA é de passagem e o município também, faz sua parte neste sentido. Agora vai pra o hospital, não tem leito no hospital; então fica no leito e morre no leito lá na UPA e está tudo bem? Eu acredito que, não. Então, vereador Jorge Bocasanta, mais uma vez vamos votar favorável a mais um projeto do senhor. E entendendo sim, que dentro do mérito, dentro da ideia, dentro do objetivo do seu projeto é de que uma pessoa que está perdendo a sua vida, que está com seus familiares ali passando toda dificuldade; ela tenha apenas mais uma oportunidade de ser atendida, o que não vai acontecer, muitas vezes na UPA; porque não tem toda aquela especialidade, toda aquela preparação pra atender o paciente. Então o nosso voto com certeza será favorável e esperamos que alguma coisa mais seja feita, que as pessoas possam ser atendidas, senão com a dignidade que precisam, mas que alguma ação seja facilitada pra salvar essa vida. – Vereador Jaime Vasatta: Na verdade o vereador Gugu Bueno, já tinha falado aqui sobre essa questão da vaga 0. Eu vejo



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

assim, vereador Bocasanta: acho que é um instrumento a mais que a gente possa contribuir com essa questão da vaga 0; mas eu gostaria de saber do vereador Bocasanta, que é um médico que a gente conhece, atuante, eu só não entendo uma coisa vereador, a gente sabe que muitos hospitais credenciados pelo SUS existem algumas reservas de vagas e aí eu pergunto: se existe a lei em relação à vaga 0, menos 0 ou menos 1 seja lá o que for, pra que serve isso vereador Bocasanta, essa reserva, não são pra esses casos de emergência quando o médico solicita a vaga 0? Pra quê que serve, vereador Bocasanta, eu sei que o senhor conhece bem o sistema, pra que serve essa reserva dos hospitais credenciados pelo SUS? Muitas vezes têm lá 4, 5 vagas, pra que serve isso? Não são pra esses casos quando as pessoas são clicadas pra vaga 0? – Vereador Jorge Bocasanta: Na realidade, o seguinte: os hospitais que têm uma folha de pagamento R\$ 200.000,00, eles foram muitas vezes obrigados a aceitar tudo. E a cobrança das autoridades não foi lá ver, no sentido de porque eles não estão querendo paciente. Eles vão lá?... Não; você assinou um projeto, você tem que atender, você vai atender. A Santa Casa de São Paulo já tem R\$ 450.000.000,00 em dívidas; o que precisa? Precisa ir lá ver; eles assinaram, eles têm a vaga e eles não podem só escolher, o que eles querem. Mas só que aquele paciente não pode ir lá só dar prejuízo, senão ele vai fechar, vai quebrar, olha só o Santa Catarina o quê que aconteceu? O Santa Catarina atendia em torno de 400, 500, 600 pacientes por ano e fechou. O que precisa? Tem que ir lá fiscalizar, tem a 10ª Regional pra isso; mas também tem que ir lá dizer: nós não podemos pagar R\$ 300,00 e o paciente ficar 20 dias internado; quem tem que pagar é o governo ou então que mude a Constituição. Tem a vaga aqui em Cascavel, falta é financiamento; só que o cara não pode, por não ter financiamento morrer nas UPA's. É isso que nós não podemos deixar. – Vereador Rômulo Quintino: Na verdade assim, os hospitais têm medo que o governo dê o calote. Mas é assim vereador: é de estranhar que o próprio médico me falou, que dentro de hospital particular e credenciado pelo SUS, que existe os leitos; mas serve como reserva. Mas reserva pra que? Mas, sou favorável ao teu projeto. Vou votar a favor, pra que a gente possa cada vez espremer mais isso e fazer com que realmente, possa cumprir essa questão da vaga 0. Obrigado. – Presidente: Senhores, em votação o Projeto de lei nº. 139/2013 de autoria do vereador Jorge Bocasanta do PT, que dispõe sobre o encaminhamento de internações de pacientes em hospitais da rede pública e conveniados por médicos da Secretaria Municipal de Saúde, através da “vaga 0”. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes está aprovado em primeira votação o Projeto de Lei nº 139/2013. Projeto de Lei nº 95/2014 de autoria dos vereadores Pedro Martendal, Márcio Pacheco, Nei H. Haveroth, Fernando Winter e Cláudio Gaitero, dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo Municipal para que atribua a nomenclatura de um bem público de Dom Armando Círio; em discussão. (-Peço a palavra senhor presidente) Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Senhor presidente, senhores vereadores, imprensa, comunidade. Esse projeto, juntamente com os demais vereadores que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

subscrevem, eu entendo que é importantíssimo. Dom Armando Círio, eu não vou fazer a leitura de todo currículo e das justificativas, porque toda comunidade já conhece a vida que Dom Armando teve e a importância da sua pessoa, pra toda a nossa região. Dom Armando, veio pra nossa região numa época em que imperava não muito, as ordens da lei. Havia vários conflitos inclusive fundiários, falta de recursos e o Dom Armando sempre se posicionou a favor da população; defendendo os direitos, defendendo os direitos humanos, trabalhando em prol da vinda de progresso, de condições de instalações de saúde, de segurança, de todos os sentidos. Dom Armando além de um líder espiritual, foi, digamos assim, um grande administrador. Indiretamente, ele lutou, quando havia algum desrespeito aos direitos humanos; lá estava Dom Armando defendendo as pessoas. Entendo eu, acredito que os demais colegas também, a importância de ser lembrado o Dom Armando Círio, possibilitando que a municipalidade denomine um local público com o seu nome. É o mínimo que pode ser feito. É muito importante que nós preservemos pra história, o grande trabalho, a grande pessoa que foi Dom Armando Círio e dessa forma eu espero que, a votação... (- Um aparte) Pois não. – Vereador Jorge Bocasanta: Eu tive uma ideia. Uma grande ideia seria ali, a praça da Matriz, seria um bom nome, fazer uma indicação desse nome pra o prefeito, a praça da Matriz, não sei se já tem nome, mas poderia ser. – Vereador Jorge Menegatti: Obrigado pelo aparte, vereador. Teria que ser analisado e verificado, pra ver se já não existe algum nome, pra não incorrerem numa dificuldade aí e deixarmos uma situação indelicada; mas pode ser consultado e sugerido ao Executivo Municipal. Obrigado senhor presidente. – Presidente: Senhores, em votação o Projeto de Lei nº 95/2014 de autoria dos vereadores Pedro Martendal, Márcio Pacheco, Nei H. Haveroth, Fernando Winter e Cláudio Gaiteiro, que dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo Municipal para que atribua a nomenclatura de um bem público de Dom Armando Círio. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovado em primeira votação o Projeto de Lei nº 95/2014. Projeto de Lei nº 99/2014 de autoria do vereador Luiz Frare do PDT, que declara de utilidade pública o Instituto Kaefer, Globoaves de Desenvolvimento Econômico e Ambiental - Instituto Globoaves; em discussão. (-Peço a palavra presidente) Com a palavra vereador Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto: Bom dia a todos, bom dia a mesa diretora, aos vereadores, ao Plenário. Só uma questão: pela lei necessitamos de certidão negativa, pra aprovar um projeto como esse. Eu tenho em mãos uma certidão narrativa que não é a mesma coisa; então a partir da perspectiva da legalidade eu gostaria de perguntar ao autor do projeto ou à mesa: se a certidão negativa existe e se poderia apresentar ao Plenário, no momento da votação. Muito obrigado. Era isso. – Presidente: Senhores é uma questão de ordem de esclarecimento. Segundo, o que nos traz nosso procurador jurídico, o entendimento dele é que essa certidão corrige sim a carência da certidão negativa; já que ela descreve que a certidão positiva não seria absolutamente devida, porque não houve condenação e portanto, essa certidão narrativa corrigiria essa carência da certidão negativa; sendo portanto suprimida e



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

superada essa questão da certidão positiva, apresentada no projeto. Explicações do Dr. Pascoal Muzeli Neto, procurador jurídico dessa Câmara conforme consta inclusive no seu parecer manuscrito. – Vereador Paulo Porto: Então, somente pra deixar claro, presidente. O senhor está dizendo que, segundo o procurador isso aqui corrige, não há problema nenhum legal em votar favorável esse projeto, mesmo não tendo a certidão positiva apresentada? somente a narrativa é isso? – Presidente: É isso. Segundo entendimento do senhor procurador jurídico, essa certidão narrativa corrige a carência da certidão narrativa com a nomenclatura certidão negativa; porque ela explica justamente que não houve condenação, pelo contrário, que na situação houve absolvição no processo das partes envolvidas. – Vereador Paulo Porto: Obrigado pelo esclarecimento, presidente. – Presidente: Senhores, em segunda votação o Projeto de Lei nº 99/2014 de autoria do vereador Luiz Frare do PDT, que declara de utilidade pública o Instituto Kaefer, Globoaves de Desenvolvimento Econômico e Ambiental - Instituto Globoaves. Votação nominal, proceda por gentileza senhor secretário. Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso Sem Limites, João Paulo, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Frare, Marcos Rios, Nei Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal Robertinho Magalhães, Rui Capelão, Rômulo Quintino, Vanderlei Augusto da Silva e Waldir Severgnini. (Não houve voto contrário). – Secretário: Projeto dessa lei aprovado em segunda votação, pela totalidade dos senhores vereadores. – Presidente: Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovado em segunda votação o Projeto de Lei nº 99/2014. Temos a moção de autoria dos vereadores João Paulo, Vanderlei Augusto da Silva, Jaime Vasatta, Fernando Winter, Nei Haveroth, Rômulo Quintino, Luiz Frare, Aldonir Cabral, Danny de Paula, Marcos Rios e Gugu Bueno que expressa apelo ao Governo do Estado do Paraná, para que sejam convocados os aprovados no concurso de 2013 para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná; em discussão. (-Peço a palavra, presidente) Com a palavra vereador João Paulo. – Vereador João Paulo: Essa moção 8 e também, já falarei da 9 junto, porque se trata praticamente do mesmo sentido. Dizer que essas duas moções, uma solicitando que os convocados aprovados no concurso de 2013 do Hospital Universitário, possam ser convocados, afinal de contas a maioria já fez até os exames médicos. Neste sentido é um pedido ao Governo do Estado para que delibere essa situação até pra que se tenha um melhor atendimento e qualidade dos pacientes e também, das pessoas que procuram esse hospital que é referência. E a segunda moção, já quero tomar parte aqui, pra dizer que estamos solicitando também, fazendo um apelo ao Governo do Estado para que sejam abertos mais leitos na cidade de Cascavel. E gostaria também, de pedir aos vereadores que ainda não subscreveram que fiquem à vontade, se vocês também quiserem participar. Na verdade, isso vem a somar nesta Casa de Leis, nesta cidade. Obrigado presidente. – Presidente: Quero só declarar que subscreverei ambas as moções, se Vossas Excelências não obstarem, entendo realmente a importância e a necessidade que sejam atendidas as duas reivindicações apresentadas nas moções. Os demais vereadores também, peço a senhora Kleide, que na sequência apresente



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

para que os que ainda não assinaram possam ter essa oportunidade. Em votação a moção nº 8, que expressa apelo ao governo do estado do Paraná para que sejam convocados os aprovados do concurso de 2013, para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná; em votação. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes; está aprovada a moção nº 8/2014. A moção nº 9 é de autoria dos vereadores: João Paulo, Vanderlei Augusto da Silva, Jaime Vasatta, Fernando Winter, Nei Haveroth, Rômulo Quintino, Luiz Frare, Aldonir Cabral, Danny de Paula, Marcos Rios e Gugu Bueno, já subscrevo o projeto e os demais que quiserem subscrever também, conforme apresentada a opção pelo vereador João Paulo. Em discussão a moção nº 9. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Nei Haveroth. – Vereador Nei Haveroth: Senhor presidente, nobres vereadores, pra reforçar essa moção originada pelo vereador João Paulo também, deixar claro que o deputado do nosso partido PSL e juntamente com os vereadores que aqui nesta Casa representam, o vereador Rômulo Quintino, Cláudio Gaitero já fez também uma ação neste sentido junto à Assembleia. Acho que essa moção aqui estará reforçando esse pedido, por que falo isso neste momento? Pra registrar, pois foi público também, e nós temos que registrar sim, que nossos parlamentares que representam nossa cidade estão também, batalhando por essa causa na Assembleia do Estado. Só pra registrar, muito obrigado. (-Peço a palavra, presidente) – Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Presidente, colegas vereadores, imprensa, bom dia. Só pra contribuir senhor presidente, reforçaria a todos os vereadores que ainda não assinaram que assinem, pois observamos aí pelo próprio depoimento do nosso presidente que fez concurso e ficou aguardando tanto tempo pra ser chamado. Então vejo que é uma injustiça as pessoas que se esforçam, fazem concurso, investem no seu conhecimento, na sua cultura e ficam aguardando às vezes 2, 3 até 5 anos pra ser chamados. Então é importante que todos nós vereadores, assinemos essas 2 moções pra que essas pessoas que foram aprovadas nestes concursos que possam então, ser chamadas. – Presidente: Senhores em votação a moção nº 9/2014 de autoria dos vereadores já mencionados anteriormente, que expressa apelo ao governo do Estado do Paraná para que sejam abertos mais leitos do SUS para Cascavel-PR. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes está aprovada a moção nº 9/2014. Finalizando, assim a matéria para ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** -Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores Rui Capelão e Jorge Menegatti, inscritos para o grande expediente; iniciando com a palavra o vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Senhor presidente, senhores vereadores, distinta assistência, neste momento nesta tribuna vou fazer apenas um comentário sobre um fato que ocorreu na UPA II, região norte, no dia 16/10; onde duas pessoas que se encontravam presentes, senhor Valter e senhor Marcelo, segundo me informaram, tinham ido apenas na Farmácia Básica trocar uma receita que estava errada e encontraram uma moça aos prantos dentro da UPA, reclamando de atendimento. Eles foram verificar a situação,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

tentaram buscar da melhor forma possível atenção a essa pessoa que se encontrava em prantos e infelizmente o médico não se encontrava e eles não tinham quase a quem recorrer dentro da UPA. Ficaram de bate-boca com o guarda, tiveram que chamar a polícia pra poder tomar algumas providências, porque as pessoas que estavam ali na UPA, já estavam todas revoltadas. É importante até lembrar que esses fatos quando acontecem, às vezes uma cólica, pode doer muito e a pessoa pode gritar e não seja um caso até de urgência ou de emergência que a pessoa teria que aguardar um pouco, mas entende-se que; faltou talvez alguém que administrasse a questão naquele momento na UPA. Em razão disso, quero lembrar que essa Casa aprovou uma lei do vereador Fernando Winter, referente à colocação de um edital na UPA o médico que estaria neste momento trabalhando na UPA e o responsável pelo atendimento. Me representa que no dia 15 venceu esse prazo, pra que a lei entrasse em vigor e o prazo venceu; no dia 16 portanto, já deveria estar em vigor a placa com o nome do médico e do atendente naquele instante. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Fernando Winter: Obrigado pelo aparte. Então senhor vereador eu estava, como diz uma emissora de comunicação, estamos de olho. A lei foi sancionada dia 15/09 vencendo o prazo de 30 dias agora, dia 15/10. Eu, juntamente com o vereador Jaime Vasatta e João Paulo, verificamos já que em algumas UPAs não está sendo cumprida essa lei. E então estamos, naturalmente, vamos fazer um requerimento pra cobrar então os responsáveis. Obrigado! – Vereador Rui Capelão: Na realidade, eu quero alertar que essas questões precisam realmente de fiscalização dessa Casa e são questões administrativas mais importantes para a população que está presente. Cadê a fulana de tal, Maria das Dores que seria a responsável pela unidade de atendimento, naquele instante ou o Dr. Valdemar da Silva, que deveria estar atendendo na UPA? Ele está almoçando; então não é horário de atendimento do médico. Horário de atendimento do médico ele tem de estar atendendo e não almoçando; portanto são questões assim importantes. Eu acho que essa Casa tem que continuar na fiscalização dos serviços públicos, para que na realidade possamos buscar formas adequadas na administração pública inclusive de conscientização das pessoas que exercem as suas atividades e que muitas vezes querem dar um bom atendimento, mas falta um assessoramento, uma base de apoio pra esse bom trabalho que as pessoas gostariam de efetuar. É importante também, lembrar que nossos médicos também, têm boa vontade pra atender, mas muitas vezes aquele horário de almoço não está prescrito no atendimento deles. Eles acabam então, usando o horário de almoço, portanto somos nós os responsáveis muitas vezes pelos desentendimentos dentro das áreas de serviço por muitas vezes cobrarem. E vi neste instante essa cobrança do Estado, a respeito da nomeação de mais funcionários no HU e em áreas do Estado, onde nós precisamos de melhor atendimento na saúde. Temos também que fazer isso, dar uma olhada, verificar como está o atendimento nas nossas áreas de trabalho, dentro das nossas UPAs, dos nossos postos de saúde, pra verificar também, se não existem pessoas sobrecarregadas no trabalho e sem condições também de dar um bom atendimento. Temos que ser um pouco mais isométricos dentro da saúde. Quero neste momento



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

agradecer a presença do Osmar Junior, da Rádio Globo, que nos honra com a sua presença nesta Casa. Muito obrigado. Era isso. – Presidente: Com a palavra vereador Jorge Menegatti. – Vereador Jorge Menegatti: Bom dia senhor presidente, nobres pares, imprensa, sociedade cascavelense. O que me traz nesta tribuna hoje é um assunto que eu gostaria de não ter de tratar; todo mundo fala nesta Casa, mas eu gostaria de não ter que tratar desse assunto. Muitos não vão entender, vão interpretar de maneira errada, mas eu tenho que me posicionar. Vejo que todo mundo fala da questão de saúde pública de Cascavel, que a UPA está cheia, que o HU está cheio, que o Miroslau é culpado por um monte de coisas. Não estou aqui com autorização e nem com procuração do Miroslou pra o defender; estou aqui, como administrador. Sou do meio empresarial, os senhores sabem, mas vejo que nós estamos aqui, nesta Casa tentando enxugar gelo. Quando se fala em saúde pública não podemos esquecer dos acidentes de trânsito que temos. Eu falei algumas vezes nesta Casa, mas tenho me calado. Nós temos uma Cettrans que não faz praticamente nenhuma campanha de conscientização, a não ser multas; nós precisamos de agentes da Cettrans aqui na cidade de Cascavel pra que as pessoas entendam que precisamos diminuir a velocidade. Quantos acidentes nós temos? Onde você vê em Curitiba, São Paulo carros capotados toda semana praticamente? Me corrija, se eu estiver errado, Cascavel tem isso direto; veículos capotados por acidentes, pessoas que vão pra o HU, que vão pras UPAs tomar o leito de quem está doente e usar o leito de alguém que está doente, da dona Maria, seu João, seu Pedro, dona Ivone, está doente. Por quê? Por causa do trânsito. Nós estamos aqui, nesta Casa criticando o final do iceberg, mas tem toda uma estrutura pra chegar onde chegou, o caos que é a saúde de Cascavel. Nós precisamos senhores, fazer investimento pra diminuir o número de acidentes, coisa que eu não vejo. Não é uma dúzia de panfletinhos, distribuídos na cidade uma vez por ano que vai resolver o problema. São agentes andando pela cidade, pelas esquinas, não somente para multar, mas para que a população percebe que têm fiscais e precisa se controlar. Não estou aqui, dizendo que a culpa é somente da Cettrans, é da população, também. Nós precisamos ter a consciência que pra resolver o problema da saúde, não é enxugando gelo. Nós temos que preparar a cidade pra diminuir os acidentes e aí sim, vai ter vaga para as pessoas que estão doentes e não acidentadas. Nós tivemos nas rodovias, neste final de semana, diversos acidentes e algumas mortes; de quem é a culpa? Do Miroslau? Senhores me perdoem; a culpa não é do Miroslou. A culpa pode ser do chefe maior desse país que não resolve o problema das rodovias; não estou aqui querendo criticar a presidente da república, não. O conjunto todo desde o passado já vem errado e como corrigir isso, senhores? Investimento em rodovias. Quem lembra do corredor da morte que era a 277? Se nós lembrarmos, há alguns anos quanto nós tínhamos de acidente e quanto nós temos hoje? Diminuiu um monte. Não estou aqui querendo defender o pedágio com esse absurdo de preço que cobram, mas estou dizendo que tem que ter investimento público; sim. O contorno Oeste que foi feito nas coxas, um projeto ultrapassado que dá um monte de acidentes e esses acidentados vão parar aonde senhores? No HU, na UPA, no hospital de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Toledo? De quem é a culpa? Do Miroslau? Não falo com o Miroslau há muito tempo e não estou aqui, pra defendê-lo. Estou aqui pra levantar esse assunto aos senhores, pra nós buscarmos solução; não é enxugar gelo, senhores. Nós precisamos resolver o problema e onde está o problema? Quantos leitos são usados por dia, por acidentados? Com certeza sobraria leitos, se nós melhorássemos as estradas, pegando aí a 180, a 467, a 369; quantos acidentes nós temos aí na 369 até Corbélia? Isso é pra pensar, senhores. Onde nós temos que bater, será que é na 10ª Regional de Saúde? Tem sim sua responsabilidade, mas vejo que nós temos que bater em outros lugares. Nós temos que achar a raiz do problema e não o problema e como empresário, senhores, vejo algumas coisas acontecendo na minha área. Muitas vezes as vendas caem e eu pergunto, caiu por quê? O povo está sem dinheiro? Não. Muitas vezes é incompetência nossa, nós vamos buscar onde está o problema pra resolver e resolvemos, sim e temos muitos problemas pra resolver. Gostaria de convocá-los senhores, pra começar a pensar onde está o problema, a raiz do problema e não simplesmente bater no problema, porque aí não vamos achar nunca a solução do problema. Nós vemos aqui, bater no Miroslau, mas eu vejo que o Miroslau não foi candidato a prefeito nesta cidade e nem prometeu nada aqui, ele foi nomeado. Nós temos pessoas que pediram voto e falaram que iam resolver o problema dessa cidade e, em nenhum momento eu vi o chefe maior do Executivo, falar sobre o assunto nesta Casa, está todo mundo calado. Não vi em nenhum momento, tocar no nome aqui do secretário de saúde, que é o segundo maior responsável pela saúde de Cascavel, o número um é o prefeito municipal. Nós estamos batendo no Governo do Estado, através dos seus diretores, mas eu quero bater no Governo do Estado solicitando melhorias nas nossas estradas. Melhorias não é tapar buracos, é diminuir as curvas, é colocar agentes nas rodovias. A Polícia Rodoviária Federal, que é de competência do Governo Federal, quantos homens têm? Cascavel e Toledo que são duas cidades importantes do Oeste do Paraná, nós tínhamos ali uma guarida da PF e cadê? Tiraram por falta de homens, de agentes, é culpa de quem? Do comandante maior desse país que não contrata, que não tem gente, e daí uma vez por ano vão lá com um radar pra multar; será que isso é prevenção, senhores? Eu acredito que não. Prevenção é mexer na raiz. Convoco os senhores, a mexer na raiz; cobrarmos do Governo Federal, do Governo Estadual, dos nossos deputados eleitos e reeleitos, uma solução para o problema. – Vereador João Paulo: Vereador Jorge Menegatti, gostaria de parabenizá-lo pelas vossas palavras, mas dizer o seguinte: o senhor quantas vezes foi convidado a participar e a vir junto com a gente visitar as UPAs, visitar os procedimentos e o senhor não veio. Então não adianta nós berrarmos aqui vereador, se nós não temos também, conhecimento das secretarias, não termos o conhecimento do que o Município faz, o Estado faz e o que a União faz. Dizer que realmente, em uns pontos o senhor está correto, mas em outros, quando o senhor fala pra nós irmos até a raiz, convido o senhor para que participe junto conosco nestas caminhadas, nestas visitas que nós fazemos dia e noite, na madrugada e o senhor vai ver que, a dificuldade e essa vivência é diferente da vossa fala. Obrigado! – Vereador Jorge Menegatti: Pra o seu



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

conhecimento, visitei muitas vezes a UPA, mas não precisei pra isso levar a imprensa junto, não vou lá fazer politicagem e nem campanha. Estou falando aqui, que temos que resolver os problemas da nossa cidade. Parablenzo os senhores pelo trabalho que está sendo feito, mas estou aqui pra alertá-los que, o problema é muito maior do que os senhores imaginam; não é enxugar gelo é resolver o problema da fonte de água. A fonte de água são os acidentes que temos nesta cidade; a fonte de água seria, de repente, construir o hospital da região norte, que foi prometido e até agora ninguém mais fala no assunto. Nós reelegemos um governador, então que o governador resolva nosso problema; ele sim é pago pra isso. O Presidente da República é pago pra resolver o problema de rodovias e não resolve; estamos aqui para cobrá-los e uso essa tribuna hoje, pra fazer esse desabafo e essa cobrança. Dizer que o burquinho é muito mais embaixo do que a gente imagina; criticar é muito fácil, estar aqui criticando, levantando problemas é fácil; mas não compete ao vereador mandar executar obras pra duplicar ou melhorar rodovias. Infelizmente, o meu cargo é pequeno, minha caneta é curta, tem pouca tinta. Eu não consigo resolver os problemas desse país, leis que nós fazemos aqui, muitas vezes são consideradas inconstitucionais. Nós somos pagos pelo povo pra legislar e fiscalizar; nós tentamos fiscalizar e muitas vezes somos barrados até em requerimentos. Fazer leis senhores, é limitado, não é de competência do vereador e muitas leis nós tentamos fazer. Não posso fazer uma lei pra criar um hospital, mas posso sugerir que faça uma UPA exclusiva pra atendimento de acidentados, sugerir. Que se atendam as pessoas doentes nos hospitais e os acidentados, que façamos um trabalho pra diminuir o número de acidentes; que a Cettrans faça, que o Governo Federal faça; que o governo do Estado faça; que melhorem as nossas estradas, as nossas ruas, aí sim, vamos começar a resolver o problema de saúde de Cascavel. Muito obrigado senhor presidente. – Presidente: Esse foi o último pronunciamento do grande expediente, agradeço a todos pela presença, amanhã a sessão, às 14:30, uma boa tarde. Até amanhã e encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária, às dez horas e cinquenta e sete minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

MARCIO PACHECO

Presidente

GUGU BUENO

1º Secretário